

Proposta do governo não garante reposição  
para docentes do ensino superior

**Campanha Salarial 2008: 'Reajuste Já'**



## Assembléia da ADUR-RJ

Dia 27 de março (quinta-feira), às 9h, no Auditório Hilton Salles

Pauta: Últimas informações a respeito da Campanha Salarial

**PARTICIPE! NÃO HÁ VITÓRIA SEM LUTA!**

# Proposta do governo não garante reposição para docentes do ensino superior

*Ao invés de incorporar a GAE, o governo decide aumentar valores da GED, gratificação que ainda não foi regulamentada e, portanto, pode vir a não ser paga em valores integrais*

O novo acordo que o governo federal quer impor aos docentes de 3º grau – com a anuência do Proifes, que tem sido um braço de Lula e Cia. – pode significar um sério golpe no salário da categoria. Isso porque, ao invés de incorporar a GAE ao vencimento básico, como reivindica o ANDES-SN, o governo quer mantê-lo como está ao menos até fevereiro de 2009, e reajustar apenas os valores da Gratificação de Estímulo à Docência GED.

Entretanto, a GED é uma gratificação produtivista que ainda não foi regulamentada pelo governo, como a lei delega, e, por isso, pode sofrer, a qualquer hora, alterações na forma de pagamento e nos valores. Criada em 1998, a GED foi originalmente atrelada à pontuação alcançada por cada docente, a partir de critérios produtivistas, principalmente o número de aulas.

Durante as negociações relativas à campanha salarial de 2004, os docentes conseguiram fixá-la em 140 pontos fixos para todos os docentes em atividade. O governo, entretanto, negou-se a estender a integralidade aos aposentados. A Medida Provisória nº 208, de 20/8/2004, estabeleceu que a GED chegasse até ao limite de 175 pontos, a partir de sua regulamentação, prevista para ocorrer, no máximo, em 180 dias.

A Lei nº 11.087, de 4/1/2005, referendou os efeitos da MP nº 208, mas não regulamentou a GED, situação que permanece até hoje. Portanto, nada impede que o governo, após implementar o



*Na foto acima, a Diretoria do ANDES-SN e a do SINASEFE reúnem-se com representantes do governo, em Brasília.*

aumento somente nos valores relativos à GED, regulamente a gratificação de forma a impedir que a grande maioria dos docentes, incluindo aí os aposentados, tenha acesso ao recebimento dos valores integrais.

Na avaliação da diretoria do ANDES-SN, as medidas que o governo pretende implementar agora são ainda piores do que aquelas que já foram rejeitadas pela base do movimento docente, em dezembro de 2007. Naquele momento, o governo se comprometia a incorporar imediatamente a GAE aos salários dos docentes, aumentando o vencimento básico, e, em 2009 e 2010, reajustar os valores da GED.

No novo acordo, o governo se prontifica a fazer exatamente o contrário: aumentar a GED agora para, somente em 2009, incorporar a GAE ao vencimento básico. Com isso, o governo economiza nos

pagamentos de gratificações como anuênios e também de alguns ganhos judiciais, calculadas a partir do vencimento básico. Além disso, pode vir a economizar no pagamento da GED, caso ela seja, de fato, regulamentada como gratificação produtivista. “O professor que examinar as tabelas apresentadas pelo governo, apenas com os valores finais da remuneração, poderá achar que vai receber a mesma coisa. Entretanto, será prejudicado em relação aos anuênios, ganhos judiciais e ainda corre o risco de perde percentuais da GED. A base da categoria precisa estar ciente dessas possibilidades para que, no futuro, não se sinta ludibriada”, explica o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo.

## **ANDES-SN envia carta ao MPOG**

Em carta enviada ao ministro do Planejamento, no último dia 3 de março, o Sindicato Nacional

### **Expediente**

**Adur Informa** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

**Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb).

**Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

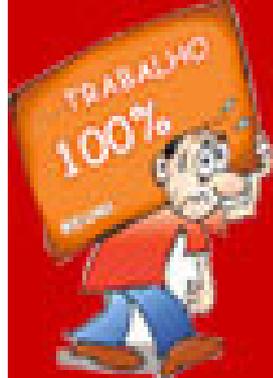
demonstra que o governo toma atitudes unilaterais que prejudicam a categoria, durante todo o processo de interlocução, e reafirma a necessidade de negociação efetiva que assegure reajuste já! No documento, a diretoria do Sindicato lembra que a categoria nunca reconheceu qualquer conclusão pactuada entre o governo, o Proifes e a CUT - signatários de um acordo no final de 2007.

Além disso, demonstra que a cada dia surgem novas evidências e fatos comprobatórios não só das inconsistências daquela proposta do governo rejeitada pelo ANDES-SN, mas de que até mesmo o propalado acordo já se dissolveu na prática. Os próprios representantes do governo passaram a propalar a repactuação como palavra de ordem.

A diretoria do ANDES-SN insistirá nas reivindicações aprovadas pela base do movimento desde o início da campanha salarial 2007, como a incorporação das gratificações ao vencimento básico e a conseqüente valorização do salário da categoria.

O Sindicato Nacional continuará cobrando o mote aprovado para a campanha deste ano: reajuste já! “Queremos garantir que o governo conceda reajuste salarial ainda neste mês de março”, diz Paulo Rizzo.

FONTE: ANDES-SN



## CAMPANHA SALARIAL 2007/08

## Governo pressiona docentes de 1º e 2º grau a assinarem termo de acordo

O governo apresentou em 16/3, aos participantes da negociação da carreira de 1º e 2º grau, o documento *Detalhamento da Proposta – Finalização do Processo de Negociação*, contendo as diretrizes da reestruturação da carreira e da tabela salarial. O prazo para manifestações sobre a proposta, que contém 33 páginas, foi exíguo: 18/3, data em que as entidades deveriam encaminhar sugestões por e-mail. Na quinta-feira 20/3, uma nova reunião foi realizada para assinatura do termo de acordo a ser firmado com as entidades.

O Sindicato Nacional e o SINASEFE afirmaram que não poderão se manifestar sem consultar suas bases – o que está comprometido pelo feriado da Semana Santa. Destacaram que o atraso se deveu à atitude do governo, que impôs negociação posterior à da carreira do ensino superior e, além disso, postergou por dois meses a apresentação da proposta de reestruturação da carreira. A diretoria do ANDES ressaltou que não há garantia de cumprimento do “acordo” referente à carreira do ensino superior até 2010. A primeira fase (2008) não vem sendo cumprida. Também não há garantias quanto aos prazos nem quanto à remuneração.

**O documento citado e as tabelas salariais apresentadas pelo governo podem ser encontrados na página eletrônica da ADUR-RJ: [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)**

## Setor das IFES afirma: ‘docentes exigem respeito’

Representantes dos docentes do Setor das Federais reuniram-se em Brasília, nos dias 16 e 17 de março, para traçar estratégias de enfrentamento ao governo federal e construir a greve da categoria para este ano. Os representantes da ADUR-RJ S. Sind. foram os professores Lenir Lemos Furtado Aguiar e Lenício Gonçalves.

O Setor das Federais rejeitou por ampla maioria as propostas apresentadas pelo governo federal para o Magistério do Ensino Superior e para os 1º e 2º graus. A do ensino superior foi denominada como ‘proposta repactuada’ e a outra foi intitulada ‘*Proposta de Carreira para os Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico*’.

O Setor deliberou que o ANDES-SN permaneça cobrando uma negociação efetiva junto ao governo federal, para discutir o reajuste salarial da categoria. Caso o governo se mostre irredutível em discutir a proposta apresentada pelo Sindicato Nacional ainda em 2007, a construção da greve será a única alternativa viável.

Durante a reunião, foi elaborado um calendário de lutas, que reitera a necessidade imediata de Convocação do Comando Nacional de Mobilização (CNM), como a urgência da

realização de assembleias de base no período de 24 a 28 de março, para discutir a construção da greve.

Haverá ainda a “Semana de luta com mobilizações”, no período de 31 de março a 04 de abril, com denúncias sobre as ações do governo contra os professores. Dia 1º de abril, há a proposta de paralisação da categoria, relatando à sociedade a exclusão do ANDES-SN do GT Carreira, conforme indicado no Termo de Acordo assinado pelo governo/Proifes/CUT para os docentes do ensino superior, em 05/12/2007. Este termo foi rejeitado pelo ANDES-SN porque ele não contempla a paridade e a isonomia entre a categoria, e aprofunda ainda mais os problemas que os docentes vêm enfrentando há anos na busca de melhores condições salariais.

O Setor das IFES, diante do autoritarismo do governo federal, deliberou que o ANDES-SN convoque o GT Carreira para que se faça análise detalhada da proposta do governo e de suas relações com a desestruturação da carreira, com a criação do IFETS e com o REUNI. O GT Verbas também atualizará as tabelas salariais, analisará o orçamento para educação e desenvolverá um programa para cálculo das perdas nos salários dos

docentes desde o governo FHC. Estes estudos serão divulgados para a categoria.

O Setor das IFES recomendou que o ANDES-SN solicite ao Jurídico análise das implicações para os docentes de assinatura de termo de acordo para uma nova carreira e da possibilidade de anulação do termo de acordo de dezembro de 2007, a partir do entendimento de que CUT e Proifes não representam os docentes.

O ANDES-SN também elaborará estratégia nacional de enfrentamento ao Proifes, com ações jurídicas e campanha de mídia, denunciado a apropriação indébita da arrecadação dos sindicalizados do ANDES-SN por direções de seções sindicais ligadas a referida organização.

Os representantes docentes presentes à reunião elaboraram um documento chamado: “**OS DOCENTES EXIGEM RESPEITO**”, que visa esclarecer todas as atitudes tomadas pelo governo com o objetivo de excluir o ANDES-SN do processo de “negociação” sobre carreira docente e sobre a campanha salarial da categoria. O documento está publicado na página eletrônica da ADUR-RJ. Acesse [www.adur-rj.org.br](http://www.adur-rj.org.br)

# Em defesa do sindicalismo independente e pautado pelas decisões da base

*O candidato à presidência do ANDES-SN, **Ciro Correia**, 50 anos, livre-docente, professor associado do Instituto de Geociências da USP, tem uma larga história de militância em defesa da universidade pública e dos trabalhadores em geral.*

*Quando cursava geologia na UNESP de Rio Claro, onde se formou em 1979, foi presidente do Centro Acadêmico de Geologia e o representante discente no primeiro conselho universitário, da recém-criada universidade estadual. Em 1980, foi cursar pós-graduação na USP e, dois anos depois, foi admitido como professor do então Departamento de Mineralogia e Petrologia da instituição. Na universidade, imediatamente se filiou à ADUSP e começou a atuar no movimento docente, intercalando momentos de militância mais aguerrida com períodos de maior dedicação às atividades acadêmicas.*

*Em 1984, foi eleito representante do Instituto de Geociências no Conselho de Representantes da ADUSP. Nos dois anos seguintes, intercalou a representação docente com o mestrado em mineralogia e petrologia. Em 1988, durante a histórica greve das estaduais paulistas, teve atuação destacada.*

*De 1991 a 1993, foi o 2º tesoureiro da ADUSP. Prosseguiu seus estudos e pesquisas nas áreas de mineralogia, petrologia, geotectônica e geoquímica isotópica, que lhe permitiram concluir o doutorado em 1994, feito, como o mestrado, em parte na Itália. Em 2001, concluiu a livre docência a partir dos resultados do pós-doutorado realizado na Austrália.*



*De 2001 a 2003, foi presidente da ADUSP. Ao retomar suas funções no agora Departamento de Mineralogia e Geotectônica, foi eleito para o cargo de Chefe do Departamento por dois mandatos (2003-2005 e 2005-2007).*

# ELEIÇÕES

## ANDES - SINDICATO NACIONAL

### Diretoria Gestão 2008/2010

### 13 e 14 de maio de 2008



**Informantes - Sua atuação à frente da ADUSP foi muito marcada pelas denúncias sobre as fundações privadas. Esse trabalho também tem sido uma das prioridades do ANDES-SN. Fale um pouco sobre essa experiência e sua expectativa de continuá-lo à frente do Sindicato Nacional.**

**Ciro Correia** – Justamente no período em que fui presidente da ADUSP, culminou o processo, deflagrado antes da minha gestão, de levantamento de dados que possibilitaram o combate às fundações privadas ditas “de apoio”. Foi quando nós publicamos na Revista ADUSP o primeiro bloco do Dossiê Fundações, que repercutiu no país inteiro. Essa questão das fundações ditas de apoio é muito séria e precisa ser enfrentada com maturidade pelo movimento docente. Eu participei dos grupos de trabalho - GT Jurídico e GT Fundações da ADUSP, o que muito nos ajudou a compreender o processo de implementação dessas fundações. Posteriormente, participei da criação do GT Fundações do ANDES-SN e também auxiliei no processo de articulação das assessorias jurídicas da ADUSP e do ANDES-SN, no sentido de sintonizar nossa luta. O Sindicato Nacional desenvolve uma ação mais ampla em relação aos problemas relacionados às fundações de apoio desde a gestão da Profa. Marina Barbosa, com a continuidade, agora, na gestão do Prof. Paulo Rizzo. Nessa luta, tem sido de grande valia toda a experiência administrativa e empenho do Prof. Schuch (secretário-geral) e dos demais membros do GT Fundações do ANDES-SN, que permitiram grande avanço do trabalho de levantamento de informações, divulgação e denúncia durante a atual gestão. Isso só aumenta a nossa responsabilidade à frente do Sindicato Nacional, quanto a este e aos demais temas de nossa pauta.

**Informandes - Quais outras experiências você pretende trazer da sua gestão na ADUSP para o ANDES-SN?**

**Ciro Correia** – Três ações marcaram nossa gestão na ADUSP. O combate às fundações privadas foi o que mais se destacou externamente. Internamente, entretanto, foram também importantes o combate às políticas e ações produtivistas implementadas pela administração superior da USP e pelas agências de fomento e, ainda, a luta contra a reforma da previdência pautada pelo governo federal com desdobramentos também no governo paulista. Pelo visto, são embates que continuam entre as prioridades do movimento docente e que vêm sendo enfrentados pelo ANDES-SN: o combate ao produtivismo acadêmico, à privatização da universidade pública e à retirada de direitos dos trabalhadores. Para enfrentar esse quadro, será preciso ampliar nossa articulação no âmbito do Sindicato Nacional e fortalecer nossos laços com os demais setores da sociedade que também trabalham na perspectiva da defesa da universidade pública e das conquistas sociais.

**Informandes - Como essas ações produtivistas afetavam a rotina dos docentes?**

**Ciro Correia** – Naquela época, mesmo na USP, havia muitos professores trabalhando de forma precária. À revelia da legislação vigente. Não eram concursados e também não eram contratados pela CLT. Eu mesmo ingressei na USP e trabalhei com contrato precário por 16 anos. E essa precariedade favorecia a pressão do governo e da reitoria sobre os professores. O número de precários atingia algo próximo de 50% do total do corpo docente da USP, que hoje é de cerca de 5 mil professores. Na verdade, a USP tinha 5,4 mil docentes na década de 1980. Na década seguinte, esse número caiu para 4,1 mil, após um bárbaro enxugamento promovido a partir do governo Quéricia. Hoje, temos conseguido ampliar o quadro. Face à nossa ação contra essas políticas, com destaque para o compromisso obtido da reitoria de só passar a fazer novas contratações via concursos públicos, o número de precários caiu para cerca de 800 docentes, com a perspectiva de redução para cerca de uma centena durante 2008, em consequência da implementação de um programa para abertura de concursos para efetivação. Isso foi resultado da luta que travamos via ADUSP.

**Informandes – Essas ações produtivistas a que o senhor se refere são parecidas com o que hoje é o REUNI, em âmbito nacional?**

**Ciro Correia** – Exatamente. No entanto, o REUNI traz elementos de maior gravidade por buscar atingir todas as universidades federais e reestruturá-las numa perspectiva não apenas produtivista, mas de ataque frontal à perspectiva de que mantenham um padrão unitário de qualidade, que tenham como finalidade o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, que tenham professores em número suficiente, com adequadas condições de trabalho, de carreira e em regime preferencial de dedicação exclusiva. No que diz respeito aos alunos, o REUNI tem a perspectiva da formação aligeirada e do ensino desvinculado da pesquisa e da extensão. É enfim um frontal ataque à autonomia de gestão administrativa e financeira que o governo deveria garantir às universidades e pela qual continuaremos a lutar. Nesse contexto, as políticas produtivistas cumprem o papel de sobrecarregar os docentes, sem respeitar o devido tempo para pesquisa acadêmica e crítica social. Isso torna mais difícil e sacrificante a mobilização dos colegas contra essas políticas e programas para o sistema como um todo. No entanto, confiamos na capacidade de análise e de luta da categoria, para enfrentar e reverter esse quadro adverso.

**Informandes – E quanto à reforma da previdência? O governo federal também tem planos para implantar um projeto prejudicial aos trabalhadores brasileiros em geral e aos servidores públicos em particular...**

**Ciro Correia** – Bem, no primeiro governo Lula, lutamos pela não-aprovação da, na verdade, contra-reforma da previdência, uma vez que ela pretendia, por um lado, retirar direitos dos servidores públicos e, por outro lado, entregar ao sistema financeiro os recursos previdenciários até então sob controle do Estado, como defendemos que permaneçam. Para que seus muitos malefícios não se completem, lutamos agora pela não-aprovação do PLP 92/2007, que visa à regulamentação da previdência complementar conforme prevê a Emenda Constitucional nº 41/2003, que implementou a contra-reforma. Não satisfeito, o governo agora investe também contra o regime geral da previdência visando ao aumento da idade para a aposentadoria, à igualação de critérios para homens e mulheres e para

trabalhadores urbanos e rurais, à desoneração dos empregadores e à redução de pensões, etc. Todas essas medidas prejudicam todos os trabalhadores e, também, por conta delas, é preciso investir no esclarecer toda a sociedade quanto a seus malefícios e buscar articulação conjunta dos trabalhadores do setor público e privado, no sentido de barrá-las.

**Informandes – Como a sua gestão pretende atuar na formação de novos quadros e no fortalecimento do Sindicato Nacional?**

**Ciro Correia** – A precarização do trabalho nas universidades tem dificultado que os professores, completamente assoberbados pelas exigências produtivistas, tenham tempo para militar com mais engajamento no movimento docente. Temos sido alvos de uma exploração muito grande, em um quadro adverso, e, apenas com muita determinação, conseguimos encontrar forças para nos engajar na luta. Mesmo por isso, acredito que o modo que temos para ir conquistando cada vez mais essa militância não pode diferir da forma com que o ANDES-SN sempre conduziu seus trabalhos, com a organização pela base, a promoção de discussões públicas sobre todos os temas, com amplo direito de todos os sindicalizados participarem. Precisamos é fortalecer cada vez mais esses trabalhos, inclusive dando mais agilidade às instâncias democráticas do nosso sindicato, como é o caso dos congressos. Precisamos também nos engajar nas lutas que são de todos os trabalhadores, firmando a consciência de que as organizações sindicais devem ser suprapartidárias, para não vivenciarmos novamente aquilo que foi a cooptação da CUT para funcionar como braço do governo. Precisamos estar atentos para construir uma história diferente dessa, seja a partir da CONLUTAS, na qual agora nos encontramos, seja em conjunto com outras entidades que também tenham consciência da verdadeira traição política que o governo Lula perpetrou contra a classe trabalhadora, ao assumir a agenda neoliberal dos governos que o precederam, e dos descaminhos da CUT, ao se colocar como uma central sindical a serviço deste governo.

**Informandes – A chapa possui uma estratégia para enfrentar o Proifes?**

**Ciro Correia** – Nesse terreno, o foco de enfrentamento deve ser com o governo e seus

agentes que desrespeitam as normas mais elementares de convivência republicana, ao chamar para a mesa de negociação uma entidade sem legitimidade política ou jurídica, que aparece justamente para procurar cumprir o papel de fragmentar nossa articulação nacional, pela importância da oposição que O ANDES-SN faz às políticas desastrosas que esse mesmo governo propõe implementar, e as ações da central sindical que lhe é atrelada. É a irresponsabilidade do atual governo que abriu espaço para o oportunismo daqueles que, não conseguindo no voto conquistar a direção do nosso sindicato no passado recente, optaram pelo divisionismo e esquecimento dos princípios que até há pouco também diziam defender.

Manter e intensificar nossas ações, fortalecer e agilizar nossas instâncias de deliberação, permanecer atentos ao número cada vez maior de desafios e exigências que são colocados para a nossa base, buscando sempre aperfeiçoar as formas de interlocução com todos os setores que também se colocam na defesa do sindicalismo independente, organizado pela base, onde a direção se coloque no papel de dar cumprimento às deliberações de instâncias democráticas, me parece que sempre será o melhor caminho para defender nossa organização, princípios e causas.

**Informandes – O fato de você sair de uma universidade estadual fortalece a luta desse setor, especificamente?**

**Ciro Correia** – Nossa chapa já teve sua primeira reunião de trabalho para traçar as diretrizes de atuação. É uma chapa que sai com muita representatividade e fortalecida porque traz diversidade de posicionamentos e de propostas quanto a estratégia de luta. O fato de o candidato a pre-

sidente do ANDES-SN circunstancialmente vir de uma estadual apenas reflete o tipo de organização que defendemos e conseguimos criar: um Sindicato Nacional que agrega os três setores, estadual, federal e particular, e que se organiza a partir destes setores. O ANDES-SN sempre defendeu o princípio da educação como direito e que as universidades, respeitadas as diferenças de práticas e culturas regionais e locais, devem ter um padrão único de qualidade, sejam elas federais, estaduais ou privadas. Educação não é negócio. Não queremos centros de excelência isolados, mas um sistema de ensino superior que funcione com o mesmo padrão de qualidade, que contemple na prática a indissociabilidade entre ensino,

pesquisa e extensão. Essa luta precisa ser levada em conjunto. Não será lutando apenas em trincheiras limitadas a cada um dos setores que conseguiremos vitórias. Minha candidatura demonstra que somos um sindicato nacional em defesa das instituições de ensino superior. O questionamento plantado a respeito de onde vem o presidente do Andes se coloca a serviço dos que tentam criar uma entidade representativa apenas das universidades federais. Isso vem no sentido de atender aos interesses do governo, não dos docentes.

**Informandes – Mas é fato que as universidades estaduais apresentam alguns problemas específicos...**

**Ciro Correia** – Sim. É natural que cada setor contemple especificidades,

sejam elas positivas ou negativas. A exemplo, nas estaduais, há padrões absolutamente discrepantes entre diferentes estados, e mesmo entre as diferentes universidades de um mesmo estado no que diz respeito à infraestrutura física, recursos humanos, salários, planos de carreiras, formas de financiamento, grau de respeito dos governos pela autonomia universitária, existência ou não de mecanismos que garantam a gratuidade ativa, ou seja, as condições para que os estudantes permaneçam na universidade. Superar esses problemas implica em ampliar nossa organização em cada Estado e dentro de cada universidade estadual. Avançar na conquista das condições de financiamento para cada uma delas e do respeito à autonomia é uma luta que necessita continuar sendo feita em conjunto com os demais setores

## Conheça os concorrentes da chapa única à Diretoria do ANDES-SN, gestão 2008-2010

### Presidente

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

3º Vice-Presidente

### Secretaria Geral

1ª Secretaria

2ª Secretaria

3ª Secretaria

### 1ª Tesouraria

2ª Tesouraria

3ª Tesouraria

### Regional Rio de Janeiro

1ª Vice-Presidência Rio de Janeiro

2ª Vice-Presidência Rio de Janeiro

1ª Secretaria Rio de Janeiro

2ª Secretaria Rio de Janeiro

1ª Tesouraria Rio de Janeiro

2ª Tesouraria Rio de Janeiro

### Ciro Teixeira Correia (ADUSP)

Antônio Lisboa Leitão de Souza (ADURN)

Rodrigo de S. Dantas M. Pinto (ADUNB)

Marco Antônio Sperl de Faria (ADUNIMEP)

### Solange Bretas (ADUFU)

Manoel Luís Martins da Cruz (Maneca) (APROFURG)

Evson Malaquias de Moraes Santos (ADUFEPE)

Cláudia Alves Durans (APRUMA)

### José Vitório Zago (ADUNICAMP)

Alberto Elvino Franke (APUFSC)

Hélio Cabral Lima (ADUFERPE)

### Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ)

Waldyr Lins de Castro (ADUFF)

Cláudia March Frota de Souza (ADUFF)

Janete Luzia Leite (ADUFRJ)

André Elias Fidelis Feitosa (ADUFF)

Susana Moreira Padrão (ASDUERJ)

**A lista nominal completa está disponível na página eletrônica do ANDES-SN:  
[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)**

# COB participará do Encontro Latino-americano e Caribenho de Trabalhadores, organizado pela Conlutas

**“Temos vivido uma ditadura da burguesia” diz sindicalista**

Os participantes do 27º Congresso do Andes-SN, realizado em Goiânia, em janeiro deste ano, se emocionaram com o discurso de dois dirigentes da Central Obreira Boliviana – COB. Aplaudidos de pé pelos docentes, durante a plenária “Políticas sociais – gerais e sobre direitos e organização dos trabalhadores”, os sindicalistas propuseram a unificação dos trabalhadores latino-americanos em suas lutas contra os governos neoliberais: “Se estivermos unidos, poderemos dar apoio uns aos outros na luta contra o capital internacional e as burguesias locais”, afirmou Pedro Montes, secretário-executivo da COB e uma das principais lideranças dos trabalhadores urbanos e rurais da Bolívia.

Vítima de um atentado que deixou a sede de sua entidade destruída no dia 24 de dezembro, o secretário da COB disse que os sindicalistas e trabalhadores na Bolívia estão sofrendo a repressão dos recém-eleitos prefeitos (governadores de lá) dos estados, principalmente das regiões mais ricas do país, na maioria opositores do governo progressista de Evo Morales: “Temos vivido uma ditadura da burguesia”, diz Pedro.

Apesar de ser a única central de trabalhadores da Bolívia, a COB passa por dificuldades e, com os baixos salários e desemprego no país, a entidade tem buscado se manter apenas com a participação das categorias dos profissionais da educação e da saúde, os quais ainda têm alguma renda para contribuir.

## Encontro de trabalhadores da América Latina e Caribe

O secretário de finanças da central boliviana, Ramiro Condori, anunciou que a COB participará da organização do Encontro Latino-americano e Caribenho de Trabalhadores, que será realizado nos dias 7 e 8 de julho, em Betim (MG). O encontro acontece logo após o I Congresso da Conlutas, no mesmo local, de 3 a 6 de julho, e o Andes-SN também participará dos dois eventos: “Nossa expectativa é que as centrais de trabalhadores como a COB, na Bolívia, a Conlutas no Brasil, a CUT do Peru, a CTA Argentina e as demais do Chile, Venezuela, Uruguai e Equador possam formar uma

coordenadoria latino-americana para atuar, principalmente, na formação de novos quadros sindicais na região”. O sindicalista anunciou ainda que estas entidades estão “amadurecendo a formulação de um estatuto orgânico de um diretório latino-americano para financiar a articulação dos trabalhadores destes países”.

## Autonomia frente ao governo Evo Morales

Apesar de apoiar algumas ações de Evo Morales, os representantes da COB dizem que a Central permanece autônoma frente ao governo: “Apesar da origem popular, Evo tem deixado de atender a muitas reivindicações históricas dos trabalhadores”, explica Ramiro. O salário-mínimo pago na Bolívia é de apenas de US\$ 30 (R\$ 70) e a aposentadoria só ocorre aos 65 anos, apesar da média do tempo de vida dos trabalhadores ser de 60 anos: “Estamos construindo uma grande marcha para março para reivindicar um aumento de 20% no salário-mínimo e a aprovação de uma nova Lei da Aposentadoria”, anunciou Ramiro Condori.

Outra luta dos bolivianos é contra o sistema de fundos de pensão que se instalaram no país durante os governos neoliberais de Carlos Mesa e Eduardo Rodriguez Veltz. A COB quer propor a Evo Morales um projeto de aposentadoria aos 55 anos para homens e mulheres, igualmente, e que tenham recolhido 240 ‘cotas’ ou 20 anos de serviço.

## Honra para o Andes-SN

Para o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, a participação dos dirigentes da COB no Congresso do Sindicato colaborou para reforçar o processo de união dos trabalhadores no enfrentamento às políticas neoliberais e às tentativas de tratados de livre comércio que os Estados Unidos tentam impor aos países da América Latina: “É uma honra estarmos aqui com os companheiros. A COB é um exemplo porque é uma das principais centrais sindicais da América Latina, com larga história de luta e enfrentamento, que se mantém autônoma dos governos, mesmo que esses governos sejam de origem popular”, afirmou Rizzo.

**“Se muito vale o já feito, mais vale o que será”**

*Milton Nascimento e Fernando Brant - frase estampada nos cartazes do Congresso da Conlutas*



FOTO: Aline Pereira  
Texto: Najla Passos (ANDES-SN)

# Mais de trezentos representantes de movimentos sociais participaram da maior reunião da Conlutas



Entre os dias 29 de fevereiro e 2 de março, ocorreu no Rio de Janeiro a maior reunião da Coordenação Nacional da Conlutas desde a fundação da central sindical e popular, em 2004. Foram 333 participantes de 72 entidades sindicais, 33 oposições sindicais, 17 movimentos populares, 16 entidades estudantis e duas minorias sindicais. A Coordenação Nacional é uma das instâncias organizativas mais importantes da Conlutas e tem o poder de deliberar sobre as ações imediatas da entidade.

No primeiro dia da reunião, os participantes se dedicaram à análise da conjuntura. Os ataques aos direitos dos servidores, a crise da economia norte-americana, a transposição do Rio São Francisco, a luta dos metalúrgicos da região do ABC paulista, as reformas no ensino superior e o regime de fundações estatais para gerir a Saúde pública foram alguns dos vários pontos abordados no dia 29 de fevereiro.

## A recessão norte-americana

Para Silvio de Souza, da oposição sindical da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a recessão norte-americana vai afetar de forma grave economias como a do Brasil. E as eleições presidenciais daquele país não vão modificar esse quadro, independente do candidato vencedor, na opinião do professor: “Quem vai pagar a conta dessa crise somos nós”, disse. “É tarefa da Conlutas impulsionar um movimento forte de unidade dos trabalhadores para o próximo período”, observou, como forma de resistir a mais esse ataque.

## Luta contra o Reuni

Leandro C. Soto, estudante da Unesp e integrante da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), lembrou o último período de mobilizações, com reações aos decretos do governo de José Serra (PSDB-SP) que afrontavam a autonomia das universidades públicas paulistas e contra o programa Reuni, do MEC, além de lutas específicas nas instituições particulares. “O clima geral entre os estudantes é o de seguir a mobilização contra o Reuni e suas variantes, em nível estadual”, afirmou. Ele adiantou que, neste mês de março, uma espécie de “calourada nacional” vai buscar conscientizar os novos universitários sobre a reforma universitária do governo Lula.

## Não à transposição do rio São Francisco

Representante do Sindicato da Construção Civil de Belém, Atenágoras Lopes disse ter participado da Conferência dos Povos do São Francisco e do Semi-árido, no fim de fevereiro, em Sobradinho (BA). Segundo ele, foi resolvido no evento que o 1º de abril, conhecido popularmente como Dia da

Mentira, será usado para criticar a obra governamental de transposição do Rio São Francisco e denunciar seu verdadeiro significado.

Pelos metalúrgicos de São José dos Campos, Luís Carlos Prates, mais conhecido como “Mancha”, denunciou a tentativa da *General Motors* de implantar o banco de horas e uma malha salarial para novos funcionários da montadora na região, em troca de apenas 600 novos empregos. “Os trabalhadores, em três assembleias, rejeitaram a proposta”, disse, apesar da pressão da empresa e da prefeitura local. “A Conlutas tem condição de fazer essa resistência, uma vez que a CUT e a Força Sindical estão favoráveis a entregar esses direitos”, comentou.

## Pela unidade do funcionalismo

Paulo Barela, da Executiva Nacional do sindicato de servidores do IBGE, falou sobre a busca de unidade no funcionalismo federal para enfrentar o governo Lula. Segundo ele, existe um movimento para construir um calendário unificado de luta. Neste sentido, um Dia Nacional de Mobilização, com ato em Brasília, deve ocorrer em 26 de março. Os eixos da campanha salarial dos SPF serão a exigência imediata de cumprimento dos acordos salariais (para quem os acatou); reposição salarial; não à repactuação por novos prazos ou redução dos acordos fechados e abertura imediata por negociações com os demais setores (como no caso do Andes-SN). “Isso sem falar as questões mais gerais como a luta contra terceirizações, fundações estatais, projetos de lei anti-greve e de congelamento salarial”, completou.

Pela Conlutas-RJ, Perciliana Rodrigues destacou a luta contra as fundações estatais de direito privado na Saúde e seu regime celetista de contratações. “O objetivo do governo é só responder pelos setores de Segurança e Judiciário”, criticou. Ela explicou que a Conlutas participa de um fórum que luta contra essa reforma e um grande ato deve ser realizado no dia 7 de abril, para aproveitar o Dia Mundial de Saúde.

## Calendário de lutas

Ao fim da plenária de conjuntura, decidiu-se: organizar e impulsionar manifestações no 8 de março – dia internacional de luta da mulher trabalhadora; dedicar apoio à manifestação dos SPF em 26 de março; assumir o 1º de abril como dia nacional de mobilizações contra a transposição do rio São Francisco; apoiar a jornada de lutas dos estudantes contra o Reuni e a reforma universitária do governo; e organizar um 1º de maio unificado com setores que

defendem a autonomia dos movimentos, entre outros pontos.

## Definido o regimento do Congresso

Durante a reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, ficou definido o regimento do I Congresso da central, que será realizado entre os dias 3 e 6 de julho deste ano, em Betim (MG).

Como a Conlutas representa não apenas sindicatos, mas estudantes e movimentos sociais, o maior desafio era o de resolver os critérios para escolha de delegados ao evento de Betim, o que ocorreu na plenária de 2 de março. Por exemplo, os acampamentos e assentamentos rurais (ou urbanos) elegerão três delegados por assentamento/acampamento mais um para cada 100 famílias assentadas/acampadas (e fração de 60). Nas cidades, também as associações de moradores podem enviar três delegados por entidade mais um para cada 100 famílias filiadas à associação (e fração de 60).

Já os sindicatos poderão enviar cinco delegados, mais um para cada 500 trabalhadores na base (e fração de 250). Todos os delegados deverão ser eleitos em assembleia da categoria. As seções locais de entidades nacionais são consideradas como sindicatos, tendo direito a eleger delegados.

A eleição de delegados deverá ocorrer no período entre o dia 1º de abril e 30 de maio. E a inscrição somente será aceita, se feita em no máximo dez dias após a realização da assembleia, no período compreendido entre os dias 2 de abril e 2 de junho de 2008. A data e o local da assembleia de eleição dos delegados precisarão ser informados à Coordenação Estadual da Conlutas e, em caso de inexistência desta, à Coordenação Nacional, com o mínimo de dez dias de antecedência. Cada entidade e movimento que eleger seus delegados ao Congresso, elegerá também suplentes em número correspondente a até o mesmo número de delegados a que tiver direito para substituí-los, caso necessário.

## Participação do Andes-SN

Além da representação nacional do Andes-SN, estiveram presentes professores da Adsduerj, da Adunep, da Aduff, da Adur-RJ, da Adunesp, da Adufs-BA, da Adufepe, da Apufc e da Adsufpel.

**FONTE: Jornal da ADUFRJ-S.Sind.**

**A ADUR-RJ S. Sind. foi representada pelos Professores Frederico José Falcão, José dos Santos Souza e Rômulo Garcia Andrade, que participaram como observadores.**